

universidade

ASFIXIADA

Depois de sufocar orçamento de ciência e tecnologia, Temer aproveita incêndio do Museu Nacional para anunciar medidas para área, já no apagar das luzes de seu governo. Asfixia orçamentária dos últimos anos impõe restrições de toda ordem ao cotidiano acadêmico

DA REDAÇÃO

comunicação@adufjrj.org.br

Agonia da UFRJ não começou nem terminou com o incêndio no Museu Nacional. Na manhã da segunda-feira, 10, a comunidade acadêmica ainda juntava as cinzas na Quinta da Boa Vista quando duas medidas anunciadas pelo governo federal explicitaram a ingerência na gestão universitária.

Uma Medida Provisória instituiu os fundos patrimoniais, criados para gerar rendimentos destinados às or-

ganizações da sociedade civil, como universidades, museus e outras instituições públicas ou privadas. O mesmo governo que asfixiou o orçamento agora diz que instituições ligadas a universidades devem buscar recursos próprios. Temer também decidiu extinguir o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) e criar a Agência Brasileira de Museus — órgão que ficará encarregado de tocar a reconstrução do Museu e a constituição de um fundo patrimonial para receber doações com este propósito.

A tragédia do Museu colocou em evidência as dificuldades orçamentárias da

universidade. Os recursos orçamentários previstos pelo governo para custeio da UFRJ caíram de R\$ 531 milhões, em 2014, para R\$ 440 milhões, em 2019, já em valores corrigidos pelo IPCA. No mesmo período, os repasses para investimentos caíram R\$ 46 milhões, segundo a reitoria.

INGERÊNCIA

O caso do museu é emblemático, mas não é o único exemplo de ingerência indevida na autonomia universitária. Há desde exemplos que comovem o país até temas aparentemente comezinhos, porém essenciais na rotina acadêmica. Da pintura à divisória de sala de aula, qualquer modificação no prédio do Palácio Universitário, tombado pelo Iphan, tem de ser aprovada pelo órgão federal. Até aí, nenhum problema.

Mas até reformas para dispor aparelhos de ar condicionado de modo apropriado, sem descaracterizar um bem tombado, exigem adaptações específicas — e sem dinheiro não há obra a ser feita.

IPHAN CONTROLA ATÉ AR CONDICIONADO NA PRAIA VERMELHA

■ Cursos que funcionam no Palácio Universitário, na Praia Vermelha, têm dificuldades de conciliar a rotina acadêmica com a preservação de um bem tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Construído no século XIX, o Palácio passa por obras de restauração. Qualquer mudança exige aprovação do Iphan.

“Recebemos a orientação para que houvesse uma modificação nos aparelhos de ar condicionado. Algumas salas têm divisórias, mas sem ir até o teto”, afirma o professor Carlos Frederico Rocha, do Instituto de Economia. Ele conta que as vozes passam de uma sala a outra, atrapalhando as aulas. Os aparelhos de ar condicionado e seus

compressores estão sendo reposicionados. O Iphan informou que há um projeto executivo para a reforma, contratado pela UFRJ e aprovado pelo Iphan. Segundo o projeto, é proibida a instalação de aparelhos em janelas, telhado ou fachadas. As divisórias também não estão de acordo com o projeto aprovado.



RESISTÊNCIA meteorito Bendegó sobreviveu ao incêndio; dificuldade agora é tocar restauração

Depois do fogo, a MP de Temer

No fim do governo, Temer cria fundos patrimoniais para que instituições busquem renda própria

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

Oito dias após o incêndio no Museu Nacional, o presidente Michel Temer editou uma Medida Provisória criando fundos patrimoniais e estimulando organizações públicas a obter recursos de fontes variadas. O mesmo governo que impôs um restrito teto de gastos para Educação, Cultura e Saúde usa a dificuldade de financiamento das

instituições públicas como argumento para justificar a MP nº 851. Não à toa, a comunidade acadêmica enxerga a nova legislação com desconfiança.

Os fundos patrimoniais, também conhecidos como *endowment funds*, são criados para gerar rendimentos destinados às organizações da sociedade civil, como universidades, museus e outras instituições públicas ou privadas. E o capítulo III da Medida Provisória trata especificamente de fundo patrimonial para um “Programa de Fomento à Pes-

quisa, Desenvolvimento e Inovação – Programa de Excelência”.

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o professor Ildeu de Castro Moreira enviou o documento para análise das sociedades científicas. Ele observou que uma legislação sobre fundos patrimoniais já estava em discussão no Congresso Nacional: “A SBPC estava participando dessas discussões. Ficamos surpreendidos com esta decisão por Medida Provisória”, afirmou. “Ainda mais por um governo de baixa popularidade, sem legitimidade para fazer mudanças drásticas. Daqui a alguns meses, teremos um novo governo”, criticou.

No último Conselho Universitário, a reitoria da UFRJ informou que vai avaliar, de forma “criteriosa”, os textos – além da MP 851, o governo editou a Medida Provisória 850, que autoriza a instituição da Agência Brasileira de Museus. O objetivo é verificar se as medidas são contrárias aos interesses das universidades que administram museus no Brasil.

Diretor do Museu Nacional, o professor Alexander Kellner afirmou não ter lido a MP. Fez uma comparação entre o incêndio na unidade e um acidente em uma mina: “A mina desabou e há pessoas lá dentro. Onde deve estar o enfoque? Na retirada das pessoas ou na discussão de um Código de Mineração?”, questionou. “Por outro lado, não tenho o menor problema com a participação de entidades privadas no auxílio financeiro de uma instituição científica como o Museu Nacional”, completou.

(Colaborou Silvana Sá)

PREOCUPAÇÃO COM NOVA AGÊNCIA

A criação da Abram (Agência Brasileira de Museus) é vista com reservas pela comunidade universitária e por empresários. Os recursos para a criação do novo órgão – cerca de R\$ 200 milhões – seriam remanejados do Sistema S. Mas nem os recursos estão garantidos: o presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Guilherme Afif Domingos, entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal na quarta-feira (12) para suspender a medida. “A MP provoca diminuição

nos atendimentos a micro e pequenas empresas. Estamos estimando a redução de 608 mil atendimentos”, disse Afif, alegando não ter sido consultado sobre a MP.

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, chamou a decisão do governo de “preocupante”, mas manteve uma avaliação neutra sobre a agência. “Ainda não temos um estudo sistemático sobre a iniciativa”. Já Carlos Vainer, coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, criticou a decisão. “É surpreendente que um governo totalmente omissivo diante das

carências das universidades, museus e instituições de ciência realize uma ação dessa natureza sem ouvir a comunidade científica”, afirmou.

Criada por MP, a agência substitui o Instituto Brasileiro de Museus. Terá autonomia para gerir 30 instituições vinculadas ao Ibram e poderá administrar outros museus por meio de contratos de gestão. Segundo o Ministério da Cultura, caberá à Abram a reconstrução do Museu Nacional e a constituição de um fundo patrimonial para receber doações com este propósito. (Silvana Sá)

Ladrões explodem caixa eletrônico no Fundão

> Assalto foi de madrugada; ocorrências caíram, diz Prefeitura da UFRJ

KATHLEN BARBOSA

kathlen@adufjrj.org.br

Apesar do reforço policial na Cidade Universitária, a violência ainda assusta a comunidade acadêmica. Na madrugada de sábado (8), seis homens armados com fuzis invadiram o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), renderam um segurança, explodiram o caixa eletrônico do Banco do Brasil e danificaram o do Santander. Roubaram o dinheiro e fugiram.

O CCMN conta com sete seguranças, que estavam em seus postos no momento da invasão. Os bandidos atiraram contra vidraças. A Polícia Militar foi chamada, e o assalto, registrado na 37ª DP, na Ilha do Governador. A universidade cedeu imagens do campus à Polícia Civil, que investiga o caso. Não houve feridos.

O superintendente do CCMN, Carlos Quintas, disse que o ideal seria tirar os caixas do local e controlar os acessos. “Porque me parece que vieram certos, já sabendo de tudo. Entra muita gente aqui e mapeia toda a situação”, disse.



REPRODUÇÃO: INTERNET

DESTRUIÇÃO NO CCMN Superintendente quer controle dos acessos: “Parece que vieram certos”

A Prefeitura da UFRJ afirmou que tem se reunido com autoridades e que, desde junho, a Secretaria de Segurança do Estado reforçou o policiamento. “Desde então, o número de sequestros-relâmpago e roubo de carros diminuiu drasticamente no campus”. Fuzileiros navais têm monitorado os acessos do

Fundão. A universidade aderiu ao Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), para usar PMs de folga na segurança, com apoio financeiro da Petrobras. A implementação estava prevista para a primeira quinzena de junho, mas foi adiada. Segundo a Prefeitura, a negociação segue em andamento.

PRINT: UFRJ AGUARDA RESULTADO DO RECURSO

A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa utilizou 2.498 palavras de 2.500 possíveis para responder ao duro parecer da Capes que, em agosto, excluiu a UFRJ do Programa Institucional de Internacionalização. O recurso foi enviado no início do mês.

Cinquenta e oito programas de pós-graduação que participam da proposta da universidade aguardam ansiosos pela resposta. O calendário do edital prevê a divulgação do resultado final a partir de 5 de novembro.

Uma das críticas dos pareceristas da

agência de fomento foi quanto à presença de programas nota 4 na proposta da UFRJ: “Ressaltamos que os programas nota 4 incorporados ao PII, apesar de ainda não terem atingido conceito Capes associado ao nível de internacionalização, possuem atividades de cooperação internacional consolidadas”, diz um trecho do recurso da universidade. Um exemplo citado no texto é o PPG em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, “que detém a única cátedra da Unesco em um programa de psicologia do país, cujo tema é jus-

tamente desenvolvimento sustentável. Esse programa conta ainda com acordos assinados com 12 universidades da Europa, Estados Unidos e Canadá”. A pró-reitora Leila Rodrigues está esperançosa num resultado positivo: “Claro que sim. Se a avaliação for correta, com certeza”, afirmou.

Procurada, a Capes não informou quantas universidades recorreram nem quando a resposta aos recursos será divulgada. Mas já havia respondido que um novo edital será lançado em 2019 para as instituições não contempladas.

AduFRJ

NAS ELEIÇÕES 2018

A tensão eleitoral de 2018 ganhou contornos dramáticos nos últimos dias com o esfaqueamento do deputado Jair Bolsonaro e com a impugnação do líder das pesquisas, ex-presidente Lula. Para analisar os cenários que se avizinham e os impactos na economia e no futuro do país, a Adufrj convidou dois renomados pesquisadores da UFRJ. O professor Jairo Nicolau, cientista político, examina os principais eixos da disputa presidencial. Docente do Instituto de Economia, Carlos Frederico disseca os desafios econômicos do próximo presidente. A newsletter **Adufrj nas Eleições** é semanal, sempre com dois artigos inéditos de professores da UFRJ. Boa leitura!

Artigo

CARLOS FREDERICO ROCHA

Professor do Instituto de Economia da UFRJ

A Economia Política do Déficit

O enfrentamento do déficit fiscal e o tratamento à Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC95) estão entre os grandes desafios que se impõem ao presidente que será eleito no próximo pleito. Até mesmo o Banco Mundial reconhece a impossibilidade de cumprimento da EC95, mas também há consenso, mesmo entre economistas de esquerda, que há a necessidade de acenar com uma trajetória de estabilização da relação dívida-PIB.

O setor público incorre em déficit sempre que as despesas superam as receitas. As despesas são divididas entre aquelas associadas ao funcionamento do governo – salários e aposentadorias (privadas e públicas), custeio e investimento – que denominaremos de resultado primário, e os juros referentes à dívida pública. Em contrapartida, as receitas são dependentes da carga tributária e do nível de atividade da economia. O exame do programa dos presidenciais deve, então, levar em conta a composição do ajuste entre

despesas e receitas e o posicionamento quanto à EC95.

Amoêdo, Alckmin e Bolsonaro sugerem um ajuste integral pelo lado das despesas e não mencionam a EC95. Os cortes se dariam mediante: i) uma reforma da previdência que desvinculasse o benefício base do salário mínimo, aumentasse a idade mínima e levasse o sistema paulatinamente para a capitalização; ii) o congelamento dos salários de servidores públicos; iii) redução dos gastos em saúde, educação e outras atividades governamentais; e iv) fim das desonerações fiscais.

Marina, Ciro, Boulos e Lula/Haddad explicitamente mencionam a suspensão da EC95. Marina propõe um novo limite para o crescimento dos gastos de 50% do PIB. Lula/Haddad, Boulos e Ciro indicam a simples suspensão do teto. Nesses casos, o ajuste se daria pelo lado da receita, propondo-se um aumento da carga fiscal, baseado em taxação sobre lucros e dividendos à pessoa física, à herança e às grandes fortunas. Propostas mistas, que envolvem o fim de parte das desonerações, também existem.

No final, a conta parece ser bem simples. Se as variáveis de gasto pesarem mais, os cortes afetarão programas sociais importantes e terão impacto negativo sobre o emprego, dificultando inclusive o ajuste pelo lado do crescimento do PIB. A conta terá sido, então, paga pelos mais pobres, ainda que aqui e acolá tenha um discurso sobre segmentos privilegiados do funcionalismo. Todos os candidatos que optam por essa trajetória mencionam a tentativa de redução do tamanho do Estado na direção de uma sociedade guiada pelos preços definidos no mercado. Se o ajuste recair sobre a receita, sofrerão segmentos rentistas e aqueles que vivem de rendas do capital. Os candidatos que defendem esse tipo de ajuste trabalham por uma trajetória de consolidação do Estado de Bem-Estar. Incentivos vindos do mercado tenderão a ter um papel menor.

Assim, a necessidade de estabilização do endividamento não parece gerar discordâncias, mas o tipo de sociedade que teremos nos próximos vinte anos. Trata-se da economia política das contas públicas.

FERNANDO SOUZA



Artigo

JAIRO NICOLAU

Cientista político, professor do Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ

Ilusões Apagadas

A pedido da Adufrj, o professor Jairo Nicolau analisou eixos que ajudam a compreender esta eleição – “a mais confusa desde a redemocratização”.

LULA - é uma eleição sem o Lula, mas não é sem o Lula. Vamos ver o que isso significará. Até que ponto e em que velocidade o candidato indicado por ele consegue crescer a ponto de se tornar competitivo? Algumas pessoas acham que é como colocar uma mangueira e ela transfere (os votos) automaticamente, como se fosse inercial. Não acho que seja tão automática a transferência. Tem as complexidades do Brasil, complexidades regionais, o fato de o PT não estar no governo, não ser uma eleição plebiscitária, uma série de fatores.

BOLSONARO - essa não seria uma eleição diferente de 2002, que teve Garotinho, Ciro, PT e PSDB, ou da última, com Marina. A grande diferença é a presença do Bolsonaro. É um fenômeno de opinião extremamente importante, que fala não só dele, mas da sociedade. Reflete a crise dos grandes partidos, cada um à sua maneira, PT, PSDB e MDB. A crise de certa maneira facilitou a ascensão de um candidato com um discurso antigo e antipolítico, que agradou ao eleitor. Antes se acreditava que Bolsonaro começaria na frente e não avançaria. Vi que ele, para minha surpresa, havia entrado em segmentos que eu não imaginava, de classe média alta. Tem uma base com lastro mais forte.

DIREITA - O Brasil mudou. Há hoje uma opinião conservadora mais organizada, intelectuais e livros de direita. Há alguma mobilização de lideranças militares hiperconservadoras, um movimento no campo dos costumes liderado por figuras do mundo evangélico. Bolsonaro expressa um sentimento da opinião pública de direita e ultradireita



que não existia no Brasil com tanta força e que por inércia acabava apoiando o PSDB. É a primeira eleição em que existe uma direita que não tem pudor de se apresentar, e as forças de direita têm um candidato.

ATENTADO - com o atentado, Bolsonaro recebeu uma visibilidade gigantesca, ainda não mensurada. Isso gera efeito imediato de crescimento da popularidade. Em 2014, Eduardo Campos teve aquele acidente, e Marina começou a subir. Foi o reflexo da comoção. Teve o efeito dessa reação emocional, de solidariedade. É inevitável. Ainda que possa perder daqui pra frente, digamos que seja um efeito circunstancial, mesmo assim dá a ele uma capacidade muito grande de garantir o lugar no segundo turno. Vamos raciocinar probabilisticamente: a probabilidade de ele estar no segundo aumentou para 95%. Quem imaginaria um atentado ao Bolsonaro como fator surpresa numa eleição dessas?

ILUSÕES APAGADAS - a singularidade dessa eleição é que a gente não está atrás da terceira via, é que nem a primeira nem a segunda se consolidaram. Tradicionalmente havia uma disputa

PT x PSDB – desde 1994, e os terceiros que tentavam, ou quartos, tiveram dificuldades de se consolidar, como Marina e Ciro. Agora não tem primeira via nem segunda. Na ponta do lápis, Alckmin e Haddad não têm nem 15 pontos. É a eleição mais confusa de toda a história desde 1945. Era um Brasil diferente, três ou quatro candidatos concorrendo, forças mais ou menos definidas. Esta é muito indefinida. Uma eleição de ilusões apagadas.

MULHERES - podem ser fundamentais para deixar Marina numa posição competitiva. Dilma foi melhor entre as mulheres, mas não conseguiu mobilizar mulheres como força. É um ponto a ser acompanhado, gênero e voto.

REDES SOCIAIS - Cada vez mais o horário eleitoral tem audiência declinante, perde relevância e tempo. Perdeu a centralidade. Por outro lado, há uma campanha fortíssima nas redes, twitter e facebook. O whatsapp é o grande enigma – democratizou o acesso às redes para os eleitores mais pobres, mais velhos, menos escolarizados. A dúvida é se pode ou não substituir ou pelo menos dar aos eleitores uma forma de comunicação fora do espaço eleitoral.

REPRODUÇÃO



ANDRÉ HIPPERTT

SETEMBRO AMARELO

FERNANDA DA ESCÓSSIA

fernanda@adufRJ.org.br

No mês dedicado à prevenção do suicídio, a UFRJ discute o sofrimento mental de alunos, professores e técnicos. Segundo a Disae (Divisão de Saúde do Estudante), queixas de saúde mental motivam um terço dos atendimentos. Há 251 estudantes em tratamento — número pequeno diante dos 60 mil alunos da UFRJ, mas que também indica subnotificação do problema.

Docentes relatam apelos de estudantes por socorro em casos de síndrome do pânico, ansiedade e depressão. “O professor não sabe o que fazer, não foi treinado para isso. É um sofrimento ver alunos sofrendo”, afirma Rodrigo Nunes da Fonseca, docente em Macaé.

Em agosto, numa aula no CCS, a psiquiatra Marina Mochcovitch, do IPUB, ligou o sofrimento da juventude a vários fa-

tores, como mudança para a universidade, sobrecarga de tarefas, privação do sono e competição excessiva. Questões financeiras ou relacionadas à identidade de sexual podem estar associadas.

Entre professores e técnicos, pressões econômicas, sobrecarga de trabalho e falta de perspectiva profissional são os motivos citados, segundo a psiquiatra Sílvia Amorim, da Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador.

Palestras e debates reforçam a necessidade de medidas concretas. Um grupo de trabalho criado em 2017 levará ao Conselho Universitário diretrizes para uma política de saúde mental com foco em acolhimento, afirmou o pró-reitor de Assistência Estudantil, Luiz Felipe Cavalcanti. Em agosto, o Consuni suspendeu a reprovação, por falta, de colegas de um estudante que se matou em Macaé em 2017.

O diretor da Faculdade de Medicina, Roberto Medronho, disse que o tema preocupa, pois seus estudantes lidam com o sofrimento de terceiros e estão ainda mais sujeitos à sobrecarga. A faculdade fez um convênio com a Sociedade Brasileira de Psicanálise para atender alunos.

PETRÓLEO em discussão: seminário aborda temas como papel da universidade e orçamento

GOVERNO TEMER CONGELA SALÁRIOS DE PROFESSORES

No que depender da gestão Michel Temer, ficarão congelados até 2020 os salários dos professores federais. Os docentes acabaram de receber os vencimentos com o reajuste referente à segunda etapa da reestruturação da carreira — fruto de um acordo firmado entre o Proifes e o governo de Dilma Rousseff, no final de 2015.

Porém, no dia 1º de setembro, o governo federal editou a Medida Provisória nº 49, que posterga por um ano os aumentos de remuneração de todo o funcionalismo previstos para 2019. E justamente em agosto do ano que vem seria efetuada a terceira e última etapa da reestruturação do plano de carreiras do magistério federal. Ainda há esperança de que a MP não seja transformada em lei. No ano passado, Temer editou outra MP que também adiava os reajustes de salário de 2018 e ainda aumentava a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos. Mas a MP perdeu o prazo de validade para ser votada pelo Congresso e caducou. Pelo acordo de 2015, foram acertados dois reajustes lineares para docentes: em 2016 (5,5%); e em 2017 (5%). Já a reestruturação foi dividida em três fases: agosto de 2017, agosto de 2018 e agosto de 2019.

AGENDA

ADUFRJ INICIA CURSO

Um debate sobre industrialização e dependência econômica marcou o início do curso de extensão “Interpretações sobre o Brasil contemporâneo”, promovido pela Adufrj e que teve 84 inscritos. A aula inaugural foi do economista Claudio Salm, no dia 12. A segunda aula será sábado, com a professora Laura Carvalho, no Instituto de Economia, na Praia Vermelha.

FERNANDO SOUZA



DEBATE: Salm e Maria Lúcia Werneck, da Adufrj

REDAÇÃO: COORDENAÇÃO ANA BEATRIZ MAGNO /// **EDIÇÃO** FERNANDA DA ESCÓSSIA E KELVIN MELO /// **REPORTAGEM** ELISA MONTEIRO E SILVANA SÁ /// **ESTAGIÁRIAS** KATHLEN BARBOSA E LARISSA CAETANO /// **DESIGN** ANDRÉ HIPPERTT /// **TI** RENATO MARVÃO

XXV O PETRÓLEO É DA EDUCAÇÃO

PARTICIPE DO SEMINÁRIO DE POLÍTICA DO PETRÓLEO E EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

18
SETEMBRO
2018

AUDITÓRIO CT2 - COPPE - UFRJ

PROGRAMAÇÃO

In às 8h30 → Recepção com café da manhã

8h30 → MESA DE ABERTURA
ESTADO E POLÍTICA DO PETRÓLEO, O PAPEL DA UNIVERSIDADE

PROF. ROBERTO LEHER → Reitor da UFRJ
ARTHUR RAGUSO → Diretor de Formação da Federação Única dos Petroleiros
FELIPE COUTINHO → Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras
PROF. LUIZ PINGUELLI ROSA → COPPE/UFRJ
GUILHERME ESTRELA → Geólogo, ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras

10h45 → MESA REDONDA 2
POLÍTICA DO PETRÓLEO E ORÇAMENTO FEDERAL
RECURSOS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SAÚDE,
ROYALTIES, FUNDO SOCIAL E PRE-SAL, FUNDOS SETORIAIS, DÍVIDA PÚBLICA

PROF. CARLOS LEVI DA CONCEIÇÃO → Ex-reitor da UFRJ
PROF. EDUARDO COSTA PINTO → IE / UFRJ
PROF. ILDEU DE CASTRO MOREIRA → Presidente da SBPC
PROF. ROBERTO LEHER → Reitor da UFRJ
PROFA. ESTHER DWICK → IE / UFRJ

REITORIA DA UFRJ
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA - FCC
APOIO: DCE MÁRIO PRATA - ADUFRJ - SINTUFRJ